

GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA DO LIVRO DIDÁTICO
NO BRASIL: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO**

Comunicação Oral

Leilah Santiago Bufrem - UFPR

Bruna Silva do Nascimento - UFPR

Sandra Eleine Romais Leonardi - UFPR

brusnascimento@gmail.com

RESUMO

Analisa a inserção da temática 'livro didático' nas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação das universidades públicas das regiões sul e sudeste do Brasil. Parte de pesquisa, nas bibliotecas digitais e repositórios institucionais de cada uma das 55 universidades escolhidas, pelo termo 'livro didático' sem selecionar filtros temporais ou de campo, apenas de coleção (teses e dissertações). Para a determinação das 55 universidades, que compõem o universo, considera tanto o âmbito geográfico, quanto o caráter público por elas assumido. Utiliza técnicas cientométricas para a análise dos dados. O corpus foi constituído por 227 trabalhos acadêmicos distribuídos entre os anos de 1981 a 2012, dos quais 77,53% são dissertações defendidas em programas de pós-graduação distintos, com destaque para duas áreas do conhecimento: Educação (57,27%) e Letras e Linguística (33,04%). Constata que os orientadores mais produtivos contribuíram com 12,66% do total da produção sobre o tema. Verifica que a produção científica relacionada ao tema cresceu sobremaneira nos últimos anos, pois 92,07% das teses e dissertações foram defendidas entre 2001 e 2012. Conclui que o diagnóstico da produção científica nas IES propicia um retrato de como e com qual frequência o tema tem sido abordado. O panorama oferecido estabelece duas vertentes de diálogo que se integram: por um lado, o diálogo com a legislação, que dispõe, além de outras prerrogativas, sobre o papel das instituições de educação superior públicas em parceria com o Ministério da Educação (MEC) de avaliar as obras de acordo com as diretrizes e os editais estipulados; e, por outro lado, a discussão dos pesquisadores sobre a importância do processo e o papel significativo atribuído às IES, não só na avaliação dos livros didáticos, mas principalmente na formação de pesquisadores e profissionais da área que compõem a massa crítica no país.

Palavras-chaves: Livro didático. Produções Acadêmicas. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This work analyzes the theme 'textbook' in theses and dissertations of public universities graduate programs of southern and southeastern Brazil. It investigates on digital libraries and institutional repositories in each of 55 universities chosen by the term 'textbook' without selecting filters or temporal field only collection (theses and dissertations). To determinate the 55 universities which are part of the universe, it considers both the geographic scope, as the public character they assume. It uses scientometric techniques for data analysis. The corpus consisted of 227 academic papers distributed between the 1981 and 2012, of which 77.53% are dissertations in graduate different programs, with emphasis on two areas of knowledge: Education (57.27%) and Languages and Linguistics (33.04%). It notes that more productive supervisors contributed with 12.66% of total production on the subject and that the scientific production related to the theme grew greatly in recent years, because 92.07% of theses and dissertations were defended between 2001 and 2012. It concludes that the diagnosis of the scientific production in higher education institutions provides a picture of how and how often the subject has been treated. The picture sets offered two lines of dialogue that are integrated on the one hand, dialogue with the legislation, which provides, among other powers, the role of public higher education institutions in partnership with the Ministry of Education (MEC) of evaluating the work according to the guidelines and notices set forth and on the other hand, the discussion of the researchers on the importance of the process and the significant role assigned to the IES, not only in the evaluation of textbooks, but mainly in the training of researchers and professionals that make up the critical mass in the country.

Keywords: Textbook. Academic production. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de técnicas cientométricas para a análise da Ciência tem sido aplicada nas mais diferentes áreas do conhecimento. Isso porque os dados quantitativos encontrados podem indicar tendências de produção, padrões de colaboração, além de fornecerem informações acerca de como esses campos do saber estão evoluindo. É sabido que o insumo básico para a realização de pesquisas é a literatura científica que emana, preferencialmente, das Instituições de Ensino Superior (IES) sob o formato de artigos de periódicos, dissertações, teses entre outros. Essas publicações são o manancial de onde emergem os conhecimentos institucionalizados “A informação é o sangue da ciência”, segundo metáfora de LeCoadic (1996, p. 27), para quem sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula e, sobretudo, se circula livremente.

No caso específico das dissertações e teses, por se constituírem como etapa obrigatória para a finalização dos cursos de mestrado e doutorado, elas são resultante das disciplinas cursadas durante o período da pós-graduação, bem como das leituras feitas acerca do tema de

pesquisa escolhido. Elas são o produto final de um processo de qualificação profissional, que visa à habilitação dos egressos como pesquisadores membros de uma comunidade científica específica. De acordo com Torrez Ramírez (1999) e Campello (2000) essas produções fazem parte do que se conhece por Literatura Cinzenta. Segundo as autoras, compõem essa classe as comunicações científicas não incorporadas ao mercado editorial formal e, portanto, destinadas a um público restrito, ou ainda publicadas no formato manuscrito e/ou em poucos exemplares.

A circulação dessa literatura científica de maneira livre é um conceito, dentre os possíveis, para definir a comunicação científica. É por meio dela que o intercâmbio de informações, entre os membros da comunidade científica, se constitui. A comunicação científica congrega dois personagens complementares. Por um lado alguém querendo expor seus estudos e descobertas e, por outro, alguém buscando informar-se sobre os novos avanços da ciência.

Para Witter (1999), a observação do que já foi publicado resulta em uma maior apropriação do conhecimento gerado e, por conseguinte, pode indicar pesquisas futuras ou necessidades de aprofundamento sobre o tema. Ainda segundo a autora, os caminhos que operacionalizam esse tipo de pesquisa são os mais diversos: estudos de autoria, análise de temáticas, verificação dos métodos e das técnicas aplicadas entre outros. “A importância que hoje se concede a Literatura Cinzenta como material informativo está muito vinculada ao seu volume crescente, à qualidade e ao interesse da informação nela contida, interesse que não poucas vezes está no seu caráter único como fonte de informação sobre determinado tema.” (TORREZ RAMÍREZ, 1999, p. 324, tradução nossa).

Na contramão dessa tendência, a área de Educação não tem por hábito trabalhar com pesquisas de cunho quantitativo. “Há mais de duas décadas que na formação de educadores e de mestres e doutores em educação não se contemplam estudos disciplinares sobre esses métodos.” (GATTI, 2004, p. 13). Ainda segundo a autora, há muitos temas na Educação que, para um melhor entendimento, deveriam ser qualificados por meio da aplicação de métodos de análise quantitativos. “Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejarmos medir.” (SOLLA PRICE, 1976b, p. 39).

O tema ‘livro didático’ embora seja considerado indelevelmente ligado à área da Educação mereceria ser mais explorado sob o aspecto da evolução e tendências da produção sobre ele. Isso porque, como unidade estrutural e estruturante, ele tem sido objeto de pesquisa sob outros enfoques, inclusive sob o enfoque histórico, para o qual o tipo de análise sobre

dados quantitativos pode revelar aspectos instigantes para futuros estudos. Se considerarmos que esse recurso de aprendizagem não encontra uma definição única e consensual tanto de seu significado, quanto de sua aplicação nos processos educativos (CHOPPIN, 2004), essa necessidade se faz ainda mais evidente.

Embora alguns autores considerem a presença do livro didático em sala de aula deletéria ou desestimulante, por cercear o professor e encerrar o aluno as suas atividades prescritas, na presente pesquisa, considera-se livro didático como um material imprescindível para a prática pedagógica. Acredita-se que ele seja peça fundamental na edificação do saber, não só do aluno, mas também do professor, auxiliando no planejamento e na execução das tarefas diárias. (CHOPPIN, 2004; BITTENCOURT, 2004).

Nesse sentido, a investigação pretende contribuir para um melhor entendimento acerca de como a temática do 'Livro Didático' está sendo discutida e divulgada, por meio da análise das teses e dissertações defendidas, nas regiões sul e sudeste do país. Acredita-se que será possível vislumbrar um padrão de produção e verificar quem são os pesquisadores mais envolvidos com o tema, bem como as universidades mais participantes nessa produção. A determinação do recorte geográfico se deu em função da maioria dos programas de pós-graduação (PPG), nas mais diferentes áreas do conhecimento, estarem situados nessas regiões. Acredita-se que juntas elas publicam grande parte da produção científica do país.

Nesse sentido, **verificar de que maneira e com qual intensidade a temática sobre o Livro Didático vem sendo explorada nas teses e dissertações defendidas no âmbito das universidades públicas das regiões sul e sudeste do Brasil**, configura-se como objetivo central da presente investigação.

2 O Livro Didático: algumas considerações acerca da temática

Considerados como qualquer outro produto cultural, os livros didáticos fazem parte de um campo de produção que os dota de valor simbólico. Isso porque são resultados concretos de disputas e opções sociais relacionadas com decisões e ações políticas não somente de caráter editorial, mas institucional e curricular. Estudos de Goodson (1998) concebem esses materiais como um currículo escrito, que passa a ser também fonte documental. Esse tipo de fonte é testemunha de contextos, opções culturais e resultados de seleção de conteúdos, capaz de oferecer, além de seu potencial pedagógico, um retrato da institucionalização escolar.

As origens da relação Estado/livro didático, no Brasil, remontam a 1938, com o Decreto-Lei 1006 que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático, estabelecendo

condições para produção, importação e utilização do livro didático. “Por esse decreto foram estabelecidos impedimentos à autorização para edição de livros didáticos e exigências quanto à correção de informação e linguagem.” (HÖFLING, 2000). Mas é somente a partir de 1972 que a missão de promover e agilizar, em ação conjugada com as editoras, o programa de coedição de obras didáticas, passa a ser exercida pelo Instituto Nacional do Livro (INL).

Para a concretização desse intento, foi criado um programa especial de coedição, o Programa do Livro Didático (PLID), destinado aos diferentes níveis de ensino: o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PLIDEM), Programa do Livro Didático para o Ensino Superior (PLIDES) e o Programa do Livro Didático para o Ensino Supletivo (PLIDESU).

Embora a literatura apresente definições diversas de LD, conforme a ênfase ou valor atribuído a cada um dos seus papéis, aqui se prestigia a vertente que o define pelo conteúdo organizado didaticamente para um determinado grau de ensino e pelo seu papel de transmissor de conhecimento, saberes, valores ou ideologias. Constitui-se, portanto, em componente disciplinar tanto depositário, como transmissor de conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos saberes contidos pelas propostas curriculares. Por meio de seus textos são transmitidos conhecimentos e técnicas considerados fundamentais para uma sociedade em determinada época.

Ao analisar a evolução do conceito de livro didático, se encontra em Choppin (2004) uma reflexão sobre a valorização relativa desse objeto que, se hoje é considerado banal e familiar, para um historiador apresenta-se como um objeto de estudo, cuja complexidade inicia com a sua própria definição, pois de acordo com o período histórico em que ela se localiza, tem sido dada maior ou menor ênfase em algum de seus aspectos. Assim, o historiador que se interessa pela evolução desse tipo de livro se depara com a complexidade da literatura escolar já que ela se situa no cruzamento de três gêneros que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo. De início, a literatura religiosa de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos, que retomam o método e a estrutura familiar aos catecismos. Aos poucos passam a se destacar a literatura didática, técnica ou profissional especialmente entre os anos 1760 e 1830, na Europa, de acordo com o lugar e o tipo de ensino. Mais tarde, a literatura de “lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, inicialmente ausente do universo escolar, passa a ser incorporada a ele, graças ao seu dinamismo e características essenciais.

2.1 As Bases Legais: o ministério da educação e cultura e as políticas educacionais

Segundo os dados disponibilizados no portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC)¹, as políticas educacionais estão diretamente relacionadas à criação de um Ministério específico da educação. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado no governo Vargas, em 1930, para atender várias modalidades como saúde, esporte, educação e meio ambiente, ficando a cargo do Departamento Nacional do Ensino a administração das políticas educacionais. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, representado por Anísio Teixeira, propõe a realização de um plano geral da educação com a finalidade de defender e difundir uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita. Somente em 1934, a Constituição Federal declara que a educação é um direito de todos, responsabilizando a família e o Estado. O Ministério, então, na gestão de Capanema inicia as reformas no ensino secundário e universitário.

Em 1953, a área da Saúde ganha autonomia, e cria-se então o MEC, que passa a centralizar as ações no âmbito educacional. As discussões promovidas de 1940 até 1960 resultaram na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1961), descentralizando o poder e dando mais autonomia aos estados e municípios. Nas universidades, a reforma teve início em 1968, com a LDB do ensino superior, que estabeleceu padrões para as universidades públicas e particulares, dando-lhes mais liberdade científica e pedagógica.

No início da década de 1970, a nova LDB estabelece o ensino obrigatório dos sete aos quatorze anos, sendo o currículo unificado para o primeiro e segundo graus, diversificando apenas questões relacionadas às diferenças regionais. O MEC se transforma em Ministério da Educação e do Desporto, em 1985, em virtude do desmembramento do Ministério da Cultura, agora independente.

Em seguida, a Constituição de 1988 vem fortalecer o compromisso do Estado com a Educação, instituindo seus princípios de ação, tais como: condições de acesso e permanência na escola; liberdade pedagógica; ensino público gratuito e de qualidade; valorização dos profissionais da educação; incentivo à gestão democrática; garantia de atendimento (de material didático, transporte, alimentação e saúde) ao educando do ensino fundamental², entre outros.

¹ Informação disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jun.2012.

² Em 2009, o Inc. VII da EMC-059 institui o atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em 1996, é feita uma reforma na educação através da nova Lei de Diretrizes e Bases e cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), desde 2006 substituído pelo atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aumentando os recursos financeiros para os investimentos em toda Educação Básica. Os investimentos abrangem toda a educação, inclusive de nível superior por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 2007 pelo MEC.

Atualmente, a estrutura organizacional do MEC promove ações e programas nas seguintes áreas: Educação Superior; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Básica; Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Dentre os programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação Básica encontra-se o Plano Nacional do Livro Didático.

2.2 O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tal como é conhecido hoje, foi criado em 1985, com o objetivo de proporcionar um ensino mais igualitário e de qualidade em todo território nacional. O programa era responsável até 2003 pela distribuição dos livros didáticos do Ensino Fundamental. Hoje, desdobra-se em outros níveis, atendendo o Ensino Médio por meio do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM), a Educação para Jovens e Adultos (PNLD EJA), e a Educação no Campo com o PNLD Campo, lançado pela Resolução n. 40, de 26 de julho de 2011, que dispõe sobre políticas próprias para distribuição dos livros didáticos para as escolas do Campo e terá sua primeira edição em 2013. Além dos livros didáticos em sentido estrito, o PNLD oferece obras de referência e complementares, em versões acessíveis a todos, em áudio, Braille e MecDaisy³. As escolas têm liberdade para aderir ou não ao programa, devendo ser cadastradas no censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/ MEC). Segundo dados do FNDE, o PNLD distribuiu 163 milhões de livros, atendendo 37.422.460 alunos de toda rede pública de ensino.

³O Ministério da Educação lança o Mecdaisy, uma solução tecnológica que permitirá a produção de livros em formato digital acessível, no padrão Daisy. Desenvolvido por meio de parceria com o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NCE/UFRJ - o Mecdaisy possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado.

O programa funciona da seguinte forma: as escolas aderem ao programa preenchendo um cadastro no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), caso não queiram mais participar, é necessário solicitar o desligamento, conforme os prazos e as regras estabelecidas pelo MEC. O Ministério lança os editais para as editoras concorrerem à avaliação e indicação; as editoras inscrevem suas obras; é feita uma triagem avaliativa dos quesitos técnicos e físicos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e então, as obras selecionadas são encaminhadas para a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) para análise pedagógica. Após a aprovação das obras, é publicado o Guia do Livro que deverá auxiliar os professores das escolas cadastradas a selecionar as obras de interesse de forma democrática. As escolas então enviam o pedido e o FNDE é responsável em negociar as obras com as editoras responsáveis (Lei 8.666/93), afirmar os contratos e supervisionar a produção material destes. A distribuição é feita por contrato do FNDE com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) sob supervisão e apoio das secretarias estaduais de educação.

Como se pode observar, o PNLD admite duas formas de ação, uma centralizada (através das funções do FNDE) e outra descentralizada, quando realizadas pelas Unidades da Federação mediante repasse de verbas do Governo Federal.

Segundo Hofling (2000) o PNLD é sistematicamente mencionado – e até politicamente usado – para referendar o sucesso da política educacional brasileira. É um programa de grandes proporções e alcance, que envolve em seu planejamento e implementação questões igualmente grandes. Para a autora, é imprescindível investir nas análises destes programas, pois se trata de uma ação política, e não apenas administrativa, de gestão ou de investimento de recursos, “é necessário discutir além de critérios gerenciais de eficiência, de racionalidades institucional e operacional.” (HOFLING, 2000, p. 161).

Recentemente, em junho de 2012, foi eleita uma Comissão de Educação no Senado para debater sobre os critérios de avaliação das obras escolhidas pelo PNLD. Esta comissão, formada por nomes representativos, como José de Nicola Neto, representante da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE), Francisco A. de Arruda Sampaio, autor de livros didáticos e Antônio Luiz Rios da Silva, vice-presidente da ABRELIVROS, levou apúblico inúmeros elogios atestando a importância do PNLD como um programa do governo federal indispensável para universalização, democratização e acesso ao livro didático por meio do ensino formal e institucional. Nesse contexto, o Decreto 7.084 de 27 de janeiro de 2010 é um grande avanço para o aprofundamento da discussão dos mecanismos que constituem o próprio programa, enquanto uma política de estado permanente. Dentre as

discussões, a questão da formação dos comitês de avaliadores tem colocado em dúvida os critérios e a credibilidade das escolhas dos livros didáticos. Segundo o Decreto 7.084/10:

Art. 14A avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições de educação superior públicas, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, a partir das especificações e critérios fixados no edital correspondente.

§ 1o Para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas constituirão equipes formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino.

Nesse sentido, as universidades passam a desempenhar um papel fundamental na avaliação destas obras didáticas, devendo propor e esclarecer os critérios que vão, desde a escolha dos avaliadores, até a transparência dos relatórios de aprovação ou reprovação, devidamente pautados nas diretrizes e nos editais.

3 TESES E DISSERTAÇÕES: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA

Os estudos de mensuração da Ciência sempre utilizam como objeto de análise a própria produção científica. Pormenorizando esses insumos, ressaltam-se as pesquisas com base em artigos, teses e dissertações, anais de eventos, entre outros. Esse tipo de investigação privilegia a contextualização histórica, observa e descreve de que maneira e sob quais condições determinado tema está sendo discutido pela comunidade acadêmica. Além disso, os também conhecidos como ‘estados da arte’ permitem uma avaliação periódica da própria área a qual estão inseridos. Essas análises podem resultar em bancos de dados atualizáveis com indicadores científicos relevantes sobre, por exemplo, o rumo das pesquisas em determinado campo. Com o uso dessas informações é possível racionalizar o tempo despendido para a realização de pesquisas, equalizar os esforços humanos empregados e poupar os investimentos financeiros aplicados.

A criação desses indicadores científicos é resultante da aplicação das técnicas cientométricas e bibliométricas. Eles são divididos entre indicadores de atividade, que fornecem um panorama do que está sendo produzido (estudo das temáticas) e de quem está produzindo (estudo de autoria); e indicadores de relação que verificam como estão se

relacionando (análise das redes de autores, de instituições, de áreas e etc.). (CALLON; COURTIAL; PENAN, 1995). Mesmo tendo seu valor reconhecido pela comunidade acadêmica, os indicadores científicos não possuem a unanimidade no que tange a sua capacidade de revelar aspectos da ciência e de quem a constrói, pelo fato de muitas vezes desconsiderarem o entorno em favor dos dados meramente quantificáveis. SollaPrice (1976, p. 40) avalia que “para examinar mais de perto os resultados reais do trabalho científico, ao invés de uma simples contagem, devemos conhecer muito mais sobre as instituições sociais da ciência e sobre a psicologia do cientista.”

A junção dos resultados obtidos, por meio do emprego da cientometria, com dados qualitativos, provenientes da observação do “fazer” dos cientistas propiciam uma análise mais verossímil da atividade científica. Essa prática teria como resultado uma análise mais aprofundada do *ethos* da Ciência. Ou melhor, objetiva valorar os dados quantitativos para que os resultados sejam vistos dentro do contexto exato de sua produção.

4PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica descritiva, pois toma como base materiais já editados (teses e dissertações) o que “[...] permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2002, p. 45). Optou-se pelo emprego de técnicas cientométricas para auxiliar na mensuração da produção científica acerca do tema ‘livro didático’. A aplicação da cientometria confere a “[...] possibilidade de conhecer, pelo estudo das publicações, o desenvolvimento de área determinada da ciência, em âmbito geográfico específico, com recortes relativos a temáticas, materiais ou períodos específicos.” (BUFREM; PRATES, 2005, p. 13).

Ao delimitar o âmbito geográfico da investigação (sul e sudeste), o primeiro passo foi na direção de identificar as universidades localizadas nessas regiões no site do MEC. De posse desses dados, foi possível verificar dentre elas 55 universidades de caráter público, inscritas nessas regiões. Posteriormente, acessou-se o site institucional de cada uma delas a procura ou da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações ou do Repositório Institucional. Em ambos os casos, realizou-se uma pesquisa avançada, sem delimitação temporal e de campos, apenas de coleção (teses e dissertações). Foram excluídas da amostra todas as universidades que não apresentaram bibliotecas e/ou repositórios digitais próprios, como por exemplo, a

Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) que remeteu para a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT). (ver APÊNDICE A).

De posse dos dados brutos eles foram inseridos em uma planilha do *software* Excel para viabilizar a construção do banco de dados e gerar os gráficos e as tabelas para a análise os cotejamentos dos resultados.

5 RESULTADOS

Ao verificar os trabalhos distribuídos nas 21 universidades, que possuem Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e/ou Repositórios Institucionais, foram contabilizadas 275 teses e dissertações. Depois de uma leitura técnica dos resumos e das palavras-chave excluiu-se 48 trabalhos considerados não coincidentes com a temática abordada. Sendo assim, o número final analisado foi de 227 trabalhos distribuídos da maneira que segue: 77,53% (176) dissertações e 22,47% (51) teses.

Constatou-se que a maior parte da produção científica acerca do livro didático é proveniente da região sudeste (Tabela 1). Esse dado segue a tendência observada por outros autores de que a grande maioria do conhecimento científico gerado tem origem nas IES dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

TABELA 1 – Número de Teses e Dissertações por Universidade e Região

Universidade	Nº de Teses e Dissertações		Região
	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	
FURB	1	0,44%	S
FURG	2	0,88%	S
UDESC	4	1,76%	S
UEL	2	0,88%	S
UENF	1	0,44%	SE
UEPG	5	2,20%	S
UERJ	3	1,32%	SE
UFES	1	0,44%	SE
UFF	13	5,73%	SE
UFMG	37	16,30%	SE
UFPEL	1	0,44%	S
UFPR	50	22,03%	S
UFRGS	10	4,41%	S
UFRJ	1	0,44%	SE
UFSM	2	0,88%	S

UNICAMP	42	18,50%	SE
UNIJUÍ	1	0,44%	S
UNIOESTE	1	0,44%	S
UNISUL	11	4,85%	S
USP	36	15,86%	SE
UTFPR	3	1,32%	S
TOTAL	227	100,00%	-

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que 22,03% das teses e dissertações publicadas sobre o livro didático são provenientes da UFPR. Isso pode ser reflexo do Programa de Pós-Graduação em Educação, cuja linha de pesquisa intitulada “Cultura, Escola e Ensino” privilegia essa temática em um de seus eixos de trabalho. Curiosamente, ao realizar uma busca no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (DGP/CNPq)⁴ não foi encontrado nenhum grupo cadastrado com essa temática na UFPR. Os três grupos encontrados no estado do Paraná estão vinculados à UEL (2) e à UEM (1).

No que concerne às áreas de atuação dos programas de pós-graduação, optou-se por sua disposição e aglutinação nas grandes áreas organizadas pela CAPES⁵. (ver Tabela 2).

TABELA 2 – Áreas de Concentração dos Programas

Áreas de Concentração dos Programas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
Ciências Exatas e da Terra	4	1,76%
Engenharias	1	0,44%
Ciências da Saúde	2	0,88%
Linguística, Letras e Artes	75	33,04%
Ciências Humanas	140	61,67%
Multidisciplinar	5	2,20%
TOTAL	227	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

A maior contribuição origina-se da grande área de Ciências Humanas. Para este estudo, ela foi considerada aglutinadora das seguintes subáreas: Educação (129), Sociologia (1), História (2), Geografia (2), Filosofia (6). A predominância de trabalhos provenientes das Ciências Humanas era previsível. Choppin (2004) afirma que o livro didático não é o único instrumento de aprendizagem em sala de aula, mas está inexoravelmente ligado às práticas

⁴Informações disponíveis em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

⁵Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

educacionais. Principalmente pelas funções que desempenha: referencial, como tradução do programa curricular; instrumental, no sentido de que favorece a aquisição de competências e habilidades; ideológica e cultural, enquanto instrumento privilegiado para a edificação da identidade cultural e, por fim, documental, como elemento para preservação da memória. Sendo assim, não foi surpresa atestar que 61,67% das teses e dissertações foram produzidas nesse âmbito.

É sabido que testes e dissertações apresentam além do autor (aluno) um orientador (professor). Desse modo, identificaram-se os orientadores mais prolíficos. (Tabela 3). Desses sete pesquisadores, 42,86% (3) têm vínculo institucional com a UFPR. Esse fato tampouco se constitui uma surpresa, uma vez que, esta universidade é uma das três maiores produtoras de teses e dissertações que versam sobre o livro didático.

Tabela 3 – Orientadores mais Prolíficos

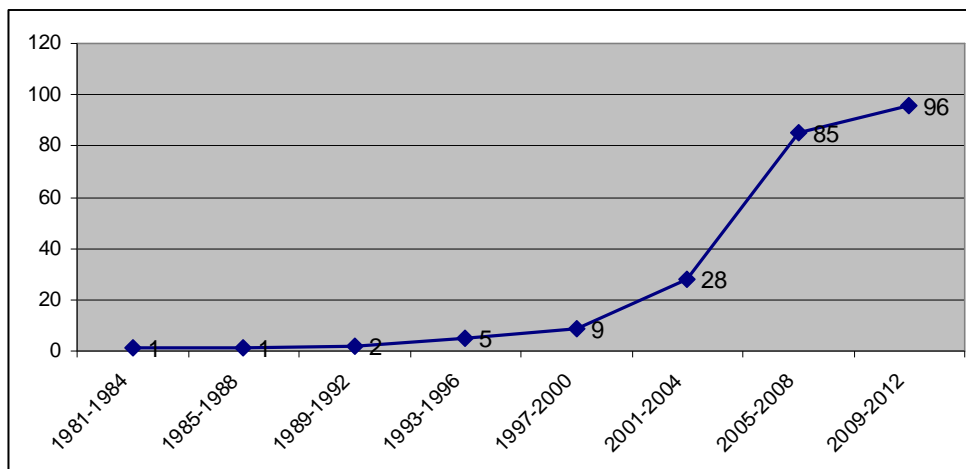
Orientador(a)	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
Circe Maria Fernandes Bittencourt	5	2,18%
Carlos Roberto Vianna	4	1,75%
Jorge Megid Neto	4	1,75%
Leilah Santiago Bufrem	4	1,75%
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	4	1,75%
Tania Maria F. Braga Garcia	4	1,75%
Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt	4	1,75%
Outros	123	53,71%
TOTAL	152	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

De um total de 152 orientadores distintos, ressalta-se a professora Circe Maria Fernandes Bittencourt vinculada ao PPG de Educação da USP, integrante do grupo de pesquisa História das Disciplinas Escolares e dos Livros Didáticos⁶, criado em 2002, e que está vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Ao realizar uma busca simples no DGP/CNPq encontrou-se 76 grupos registrados abordando o tema livro didático. Desses, 41 (53,95%) são da área de Educação e 43 (56,58%) estão situados nas regiões sul e sudeste. Sobre a produção científica acerca dessa temática, ela mostrou-seem crescimento exponencial como pode ser constatado a seguir. (Gráfico 1).

⁶ Informação disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=3448016715234781>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

Gráfico 1 – Produção Científica sobre Livro Didático entre 1981-2012

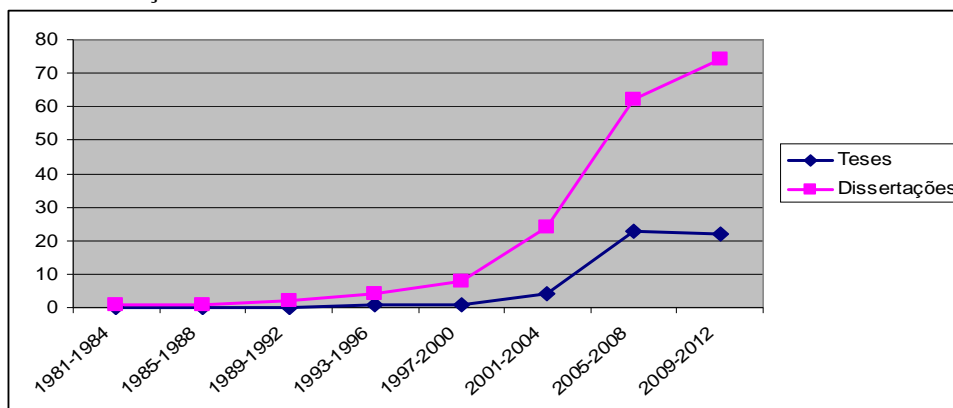


Fonte: dados da pesquisa

Deve-se relativizar o pequeno declínio observado no último quadriênio, pois todas as teses e dissertações do ano de 2012 ainda não foram sequer defendidas, quiçá inseridas nas bibliotecas e repositórios digitais.

Em janeiro de 2010, foi publicado o Decreto 7.084 que significou um avanço para o aprofundamento da discussão dos temas relacionados ao PNLD, enquanto uma política de Estado permanente. Isso também pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Produção Científica detalhada sobre Livro Didático entre 1981-2012



Fonte: dados da pesquisa

A análise estratificada da produção de teses e dissertações permitiu visualizar a tendência ascendente da produção acerca do tema nos três últimos quadriênios (2001-2012). Nessa perspectiva, o aumento significativo das publicações a partir do ano 2000 pode ser resultado dos desdobramentos do PNLD e do estudo sobre os diferentes contextos do livro didático, bem como da proliferação dos grupos de pesquisa sobre o tema, inscritos no DGP/CNPq.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise das 227 teses e dissertações, verificadas nos últimos 32 anos (1981-2012) e defendidas nas 21 universidades públicas das regiões sul e sudeste do Brasil, foi possível detectar 152 autores distintos.

O emprego da técnica cientométrica proporcionou interpretações dos dados prospectados, verificando-se não só como o tema está sendo abordado pelas diferentes áreas do conhecimento, mas também se identificando as universidades, grupos e orientadores mais prolíficos. A temática do Livro Didático tem sido trabalhada, em sua grande maioria, pelas Ciências Humanas (61,67%). A segunda área mais representativa foi Linguística, Letras e Artes com 33,04%. Esses percentuais, de forma alguma, são surpreendentes, uma vez que o livro didático insere-se tradicionalmente, tanto no contexto de pesquisa, quanto nas práticas desenvolvidas por elas.

Constatou-se grande presença de orientadores vinculados à UFPR (42,86%). Esse valor é reflexo da linha de pesquisa Cultura, Escola e Ensino que contempla a temática do livro didático em sua ementa. Estudos qualitativos, como por exemplo, a análise de conteúdo ou de temática das teses e dissertações, poderiam mensurar essas contribuições de maneira mais conclusiva.

O crescimento de trabalhos abordando o tema mostrou-se com tendência exponencial. Essa observação permite que se afirme que o livro didático vem, ao longo desses 32 anos, sedimentando-se como objeto de pesquisa em diferentes campos do saber e não só na Educação.

Finalmente, sobre a metodologia empregada, acredita-se que as planilhas, geradas a partir do Excel, auxiliaram na padronização dos dados, na visualização dos gráficos e na confecção das tabelas. A escolha demonstrou-se adequada e suficiente para lograr os propósitos da investigação.

Os trabalhos aqui analisados representam apenas uma parcela da literatura científica brasileira produzida pelos Programas de Pós-Graduação nos últimos 32 anos. Sendo assim, elencam-se algumas possibilidades de estudos futuros como, por exemplo, o emprego de técnicas qualitativas de análise, objetivando conhecer e reconhecer mais aprofundadamente como e por quem a temática do livro didático vem sendo abordada no âmbito acadêmico brasileiro. Outra opção seria trocar o foco de Literatura Cinzenta (teses e dissertações) para a Literatura Periódica. Isso possibilitaria a análise das autorias, a identificação da elite produtiva (Lei do Elitismo de Price), bem como um estudo qualitativo das colaborações estabelecidas entre pesquisadores (orientadores/orientandos, pesquisadores/pesquisadores, intra e interinstitucional). Por fim, mesmo com as limitações acima descritas, acredita-se que o estudo contribui para um melhor entendimento acerca de como o tema vem sendo trabalhado no país.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe. M. F. Em Foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 1-3, 2004.
- _____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 7.084, de 27.1.2010 - Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/resenhadiarial/2010/janeiro#content>>. Acesso em: 09 jul. 2012.
- BUFREM, Leilah S.; PRATES, Yara. O Saber Científico Registrado e as Práticas de Mensuração da Informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago, 2005.
- CALLON, Michel; COURTIAL, Jean-Pierre; PENAN, Hervé. **Cienciometría el estudio cuantitativo de a actividad científica**: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón :Trea, 1995.
- CHOPPIN, A. História dos Livros e das Edições Didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.
- GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível: <http://www.fnde.gov.br/index.php/apoio-a-gestao-do-livro-didatico> . Acesso em 10 jul. 2012.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para Discussão Quanto à Implementação de Programas de Governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21 n. 70, abr. 2000.

SOLLA PRICE, Derek J. de. **A Ciência desde a Babilônia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976a. Tradução de Science since Babylon.

_____. **O Desenvolvimento da Ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976b. Tradução de Little science big science.

WITTER, Geraldina P. Metaciência e Leitura. In: WITTER, Geraldina P. (Org.). **Leitura: textos e pesquisas**. Campinas: Editora Alínea, 1999. P. 13-22.

APÊNDICE A – Universidades Públicas das Regiões Sul e Sudeste

	Universidades	Nº de Teses e Dissertações	Região
1	Faculdade de direito de São Bernardo do Campo - Aut. Municipal (FDSBC)	0	Sudeste
2	Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)	0	Sudeste
3	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)	0	Sudeste
4	Faculdade de Tecnologia (FATEC)	0	Sudeste
5	Universidade de São Paulo (USP)	27	Sudeste
6	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	0	Sudeste
7	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	4	Sul
8	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	3	Sudeste
9	Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	0	Sul
10	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	16	Sul
11	Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO)	0	Sudeste
12	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	60	Sudeste
13	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	7	Sul
14	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Não há opção de buscar pela coleção	Sul
15	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	0	Sudeste
16	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	5	Sul
17	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	0	Sul
18	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	0	Sul
19	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)	1	Sudeste
20	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1	Sul
21	Universidade Estadual do Paraná (UEPR)	Não possui acervo online	Sul
22	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	Não possui acervo online	Sul
23	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita	0	Sudeste

	Filho (UNESP)		
24	Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS)	Site em construção	Sul

	Universidades	Nº de Teses e Dissertações	Região
25	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	0	Sul
26	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	0	Sudeste
27	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	0	Sul
28	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	0	Sudeste
29	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	0	Sudeste
30	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	0	Sudeste
31	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	51	Sudeste
32	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	0	Sudeste
33	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	1	Sul
34	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	0	Sul
35	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2	Sul
36	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	0	Sudeste
37	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	0	Sudeste
38	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	0	Sudeste
39	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	0	Sudeste
40	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	0	Sudeste
41	Universidade Federal do ABC (UFABC)	0	Sudeste
42	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1	Sudeste
43	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Remetem para a BDTD	Sudeste
44	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	0	Sul
45	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	52	Sul
46	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1	Sudeste
47	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	2	Sul
48	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	10	Sul
49	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	0	Sudeste
50	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	0	Sudeste
51	Universidade Federal Fluminense (UFF)	30	Sudeste
52	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Remetem para a BDTD	Sudeste
53	Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	0	Sudeste
54	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	1	Sul
55	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2	Sul
TOTAL	55	277	-

Fonte: dados da pesquisa